

PREÂMBULOS PARA UMA HISTÓRIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA EM TEMPOS DE CATEQUIZAÇÃO DOS INDÍGENAS PELOS JESUÍTAS NO AMAZONAS: 1549 A 1759

Tarcísio Luiz Leão e Souza¹

Aparecida Rodrigues Silva Duarte²

Resumo

Este artigo tem como objetivo contribuir para a escrita de uma história da matemática escolar do Amazonas no período de 1549 a 1759. Para tanto, investiga-se as incursões feitas pelos jesuítas naquela região buscando vestígios de atividades implementadas na área do ensino da Matemática. Por tratar-se de uma pesquisa de cunho histórico, foi realizada uma busca nos arquivos públicos de Manaus, na Biblioteca Nacional e em outros acervos públicos. Como as fontes no referido período não estão facilmente disponíveis, a intenção que conduziu a elaboração da pesquisa foi delinear um esboço geral do cenário educacional da época e destacar aspectos relativos ao ensino da matemática. Para tanto, sustenta-se em contribuições teóricas de obras Bloch (2002), Le Goff (2003), De Certeau (2007), Valente (2007), dentre outros.

Palavras-chave: História da matemática escolar. Companhia de Jesus. Amazonas.

1. Introdução

A proposta de pesquisa relatada neste artigo nasceu a partir do interesse em contribuir para a escrita do ensino da matemática escolar no Amazonas antes de sua elevação à categoria de Província. O período estipulado, 1549 a 1759, marca o início da missão jesuítica no Brasil e a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, respectivamente. Empenha-se em encontrar, nesse intervalo de tempo, fatos relevantes das atividades dos jesuítas no ensino da matemática no Amazonas, para que possamos delimitar um período menor.

Pode-se interrogar os motivos pelos quais se quer voltar ao passado, ou para que serve a história. Marc Bloch (2002) informa que o ofício do historiador encontra-se diretamente ligado à compreensão do mundo, sendo que sua tarefa é a produção do conhecimento. Tomar o trabalho do historiador como conhecimento significa entender, para o caso específico do ensino da matemática, que as práticas pedagógicas dos professores de matemática contêm, invariavelmente, uma dimensão do passado e outra

¹ Professor de Matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM – doutorando em Educação Matemática da UNIBAN, tarcisioleao3@hotmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Bandeirante – UNIBAN. aparecida.duarte6@gmail.com

rumo ao futuro. Isto é, o conhecimento histórico do ensino da matemática possibilita um melhor entendimento das práticas docentes no seu dia a dia. Nessa perspectiva, voltar ao passado “pode levar o leitor a se apropriar de instrumentos críticos que podem ser úteis para o estudo de sua própria sociedade” (CHARTIER *apud* VALENTE, 2011, p.3).

Para a escrita de uma história da matemática escolar do Amazonas durante a presença dos jesuítas naquela região, utilizamos fontes extraídas de arquivos digitalizados no sitio do Senado Federal - <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/4> - em obras raras, extraímos as obras do Padre José de Almeida Moraes Historia da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará, publicada em 1860, obras do Padre Simão de Vasconcellos, Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil, publicada em 1865, na Biblioteca Nacional de Portugal cujo sitio é: <http://www.bnportugal.pt/>, extraímos os cinco volume do jesuíta Cristovão Clávio e outros livros raros sobre a atuação dos jesuítas em Portugal, além de teses e dissertações que tratam deste assunto.

Cabe também destacar que se trata de um estudo preliminar, no qual intentamos buscar vestígios das atividades implementadas pelos jesuítas na Amazônia. Nesse sentido iremos à busca de livros, documentos, teses e dissertações que nos auxiliem a escrever uma História que possibilite compreender e analisar as práticas educacionais trazidas pelos colonizadores. Para tanto, procura-se apoio no movimento da Nova História³, tendência historiográfica relacionada à “Escola dos *Annales*”. Quanto ao lugar a ser pesquisado, tem a ver com a caracterização formulada por Michel de Certeau:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. ... É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 1982, p. 65).

Dessa forma, tentaremos estabelecer uma articulação do lugar (Amazonas) com o mundo, sua importância no cenário social, econômico, político e cultural. Por isso o caminho historiográfico percorrido se deu de acordo com os documentos encontrados, em função dos questionamentos feitos e da revisão bibliográfica.

³A expressão foi popularizada pelo livro *La nouvelle histoire* (1978), editado por Jacques le Goff e outros, mas já havia sido reivindicada, anteriormente, para os *Annales*. Braudel havia falado de uma História Nova em sua aula inaugural no Collège de France (1950). Febvre, por outro lado, usara frases como “uma outra história” para descrever o que o grupo dos *Annales* tentava fazer. (Burke, 1992)

2. Da decadência da Igreja Católica ao surgimento de uma nova era

No decorrer de mil anos da Idade Média, aproximadamente entre século V e o século XV, a Igreja Católica era possuidora da maioria das terras na Europa e tinha em seu poder muita riqueza. Além do mais, mantinha sob seus cuidados a educação e a cultura. A Igreja Católica, nessa época, possuía um conjunto de regras, numa relação de subordinação, bastante rígida e centralizada (BLOCH, 1994). Mas, apesar de desempenhar uma relevante ação social, que implicava a atenção especial aos pobres, órfãos e doentes, não conseguia dar respostas aos problemas internos que corroíam seus princípios.

Essa organização estava em pleno declínio. Seus membros tinham amantes e filhos, vendiam relíquias falsificadas e trocavam o perdão dos pecados por pagamento em dinheiro. Ainda, alguns pensadores humanistas como Max Weber, Duby, Voltaire, entre outros, apontavam indícios de interpretações equivocadas cometidas pela Igreja durante o século XV, sobre os ensinamentos cristãos e criticaram a degeneração moral reinante em sua alta hierarquia. A reforma protestante aconteceu a partir do século XVI e gerou uma dilaceração na Igreja Católica Romana, dando origem às igrejas protestantes.

Naquele momento ocorria a formação dos Estados Nacionais, quando muitos reis concordavam com a reforma protestante para não ter a interferência da igreja nos negócios dos reinos. O movimento renascentista defendia um processo de renovação cultural, artístico e intelectual que pode ser considerado com uma espécie de ruptura com a cultura medieval e, por fim, a crise na Igreja Católica, que devido seu apego aos bens materiais, recorria a práticas abusivas, como o comércio de objetos religiosos, falsificados ou não, denominado por “simonia”, a venda de cargos eclesiásticos bem como a venda de perdão dos pecados sob pagamento em espécie, as denominadas “indulgências” (WEBER, 2009).

Desse movimento que se opunha às práticas abusivas da Igreja Católica, destacam-se três episódios: a proposta de reforma de Matinho Lutero na Alemanha, a de João Calvino na França e a reforma Inglesa.

Em 1517, Martinho Lutero (1483 – 1546), monge alemão influenciado pela obra de Santo Agostinho, elaborou um conjunto de dogmas e princípios para fundamentar sua ideologia religiosa. Apresentou ao público, 95 teses manifestando criticamente a venda de indulgência, rejeitando a hierarquia religiosa, o celibato e o uso do latim nos

cultos. Conservou apenas dois sacramentos: o batismo e a eucaristia, não considerando a consubstanciação que é a materialização do corpo de cristo no pão e o sangue no vinho, mantendo-a apenas como um rito simbólico (WEBER, 2009).

João Calvino, teólogo francês (1509 – 1564), tinha a convicção de que o eleito de Deus poderia ser identificado pelo sucesso material que alcançasse em vida, resultado de muito trabalho e vida regrada. Defendia também o empréstimo a juros, proposta condenada por católicos e luteranos. Essa concepção ideológica vinha ao encontro dos ideais burgueses, numa época em que acontecia a transição da Idade Média para idade Moderna e o início do capitalismo (WEBER, 2009).

A reforma inglesa deu-se, em grande medida, pela divergência entre o Papa e o rei da Inglaterra, Henrique VIII (1491 – 1547) que desejava se divorciar de Catarina de Aragão e não obteve autorização do papa. O monarca determinou o fim definitivo dos mosteiros e o confisco de seus bens. Henrique VIII foi reconhecido como chefe da Igreja Anglicana através de uma votação no parlamento inglês que adotou os princípios calvinistas com alguns elementos do catolicismo (WEBER, 2009).

Segundo George Novak (1988), todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas. O avanço que a burguesia adquiria nessa época não correspondia com o poder de governo, e as forças produtivas tinham um crescimento muito lento. O feudalismo não dava condições ao burguês de efetuar uma mudança significativa e a desigualdade entre essas duas classes mais antagônicas na Idade Média, a nobreza e burguesia, era imensa.

Por essas razões, a Igreja necessitava de uma contra ofensiva para manter sua hegemonia sobre os cristãos. Precisava de uma nova ordem religiosa que pudesse fazer essa articulação com o novo modelo econômico que estava se organizando. Daí o surgimento de uma nova ordem religiosa serviria para instituir uma contrarreforma (ASSUNÇÃO, 2007).

3. Do surgimento da Companhia de Jesus e sua inserção na educação

No início, a Companhia de Jesus surgiu da pretensão de converter os gentios e os infiéis. Os gentios eram aqueles que praticavam religiões não monoteístas e os infiéis eram exclusivamente os muçulmanos. Portanto, o primeiro projeto dos jesuítas era converter os turco-otomanos que dominavam a região que hoje é chamada de Turquia e uma boa parte do Mediterrâneo Oriental, onde está situada a Bulgária, a Grécia e a

Albânia. Em 15 de agosto de 1534, Inácio de Loyola (1491 – 1556), um estudante da Universidade de Paris, juntamente com Francisco Xavier, Nicolau de Bobadilla, Diogo Laynez, Afonso Salmeron e Pedro Fabro fizeram votos de pobreza, de castidade e de dedicação à causa da Igreja Católica. Colocaram-se a serviço do Papa para combater o avanço dos insurgentes internos da igreja católica como também da nova classe que surgia nas cidades comerciais próximo aos muros dos castelos (PEDRO, 2008).

Em 1536, é fundada a Companhia de Jesus cuja intenção inicial era: defender o Papa; reverter os cristãos, particularmente os Luteranos, Calvinistas e Anglicanos e, por fim, evangelizar os chamados “povos bárbaros” que habitavam outros continentes (África e América).

Em 27 de Setembro de 1540, o Papa Paulo III, pela Bula “*Regimini Militantis Ecclesiae*”, reconhece a formação da nova Ordem e também atribuiu o nome de Companhia de Jesus, então contando apenas com 10 membros. A Companhia de Jesus passou a ter existência com o objetivo missionário de difundir a fé cristã, não estando então mencionado que fosse uma ordem religiosa especialmente consagrada ao ensino. Porém, o projeto fracassou, devido à dificuldade encontrada de adentrar nos domínios muçulmanos. Assim, os Jesuítas regressaram a Roma e começaram a refletir para onde canalizar o seu projeto de redenção da humanidade (PEDRO, 2008).

Com a falência do projeto inicial, surge a proposta da educação, uma vez que seus membros eram detentores de um elevadíssimo nível intelectual, que se distinguiu das demais ordens religiosas existentes. Apesar de não ser essa a vontade de Inácio de Loyola, foi dessa forma que a Companhia de Jesus envolveu-se com o ensino, combinado também com a pressão das elites católicas italianas, espanholas, portuguesas e francesas, as quais fizeram com que a Companhia de Jesus aceitasse dedicar-se ao ensino. Foi devido ao nível intelectual que os membros da Companhia de Jesus possuíam que as elites, a nobreza e a burguesia desses países movimentaram-se no sentido da criação de colégios em seus países (PEDRO, 2008).

Como os fundadores da Companhia de Jesus tinham cursado a Universidade da Paris preocuparam-se em abrir “Casas” ou “Residências” ao lado da Universidade com a finalidade de formar os novos membros da Companhia de Jesus (PEDRO, 2008). Essa forma de estabelecimento de ensino foi adotada em Paris em 1540, e posteriormente em Coimbra, Lovaina e Pádua. Somente mais tarde é que essas ditas “Residências” se transformaram em “Colégios” designados como lugar de estudo (COUTO, 2000).

Assim, por iniciativa de particulares os colégios foram organizados. Os Jesuítas, dentre as ordens católicas, eram os que mais se aproximavam, do ponto de vista da preparação intelectual e da austeridade moral, dos interesses dos cristãos que combatiam a reforma cristã liderada pelos Luteranos, Calvinistas e Anglicanos que se opunha aos costumes que vigoravam em Roma no papado de Alexandre Bórgia VI.

Foi assim, segundo Jorge Couto (2000), que a Companhia de Jesus redirecionou seu projeto de redenção da humanidade através da educação. Devido à experiência de seus membros na Universidade de Paris trouxeram consigo a concepção do *modus parisiensis*. O *modus parisiensis* eram regras pedagógicas do ensino parisiense do início do século XVI, cujas características e personalidades eram únicas e originais. Apresentavam maior coerência, rigor e eficácia, valorizando a ordem, a rapidez e a disciplina da aprendizagem. O traço marcante do *modus parisiensis* é definido por quatro pontos fundamentais: a organização dos alunos em classes, uma atividade constante dos alunos através de exercícios escolares, um regime de incentivos ao trabalho escolar e a união da piedade e dos bons costumes com as letras (FRANCA, 1952).

Nesse sentido, os membros da Companhia de Jesus, de acordo com Padre Leonel Franca S.J (1952), desdobraram esforços na elaboração de um plano de estudos denominado “*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*”⁴ comumente conhecido como “*Ratio Studiorum*”⁵ um conjunto de 467 regras, resultado de uma longa discussão democrática entre seus membros. Dessa forma, tentavam acompanhar o movimento de mudanças acontecidas no final do século XVI e a conservação dos costumes religiosos. Historicamente, até hoje esse código de ensino dos jesuítas desempenha um papel cuja importância não se pode deixar de conhecer ou menosprezar a sua existência e influência em nossa prática de ensino.

Esse conjunto constituído de 467 regras descrevia uma espécie de prescrição, prática e minuciosa orientação sobre a prática pedagógica que uma escola jesuítica deveria seguir e tratava sobre:

Férias, feriados, formação dos professores, relação com os pais de alunos, compêndios e manuais de ensino a utilizar, sistema de admissão de alunos (externos e internos), metodologia de trabalho com alunos (repetições, disputas, desafios, declamações, sabatinas), plano de estudo (humanidades, filosofia, história, ciências físicas e matemáticas), orientações pedagógicas (memorização, exercício,

⁴Tradução do autor: Estudos do sistema e a formação da Companhia de Jesus

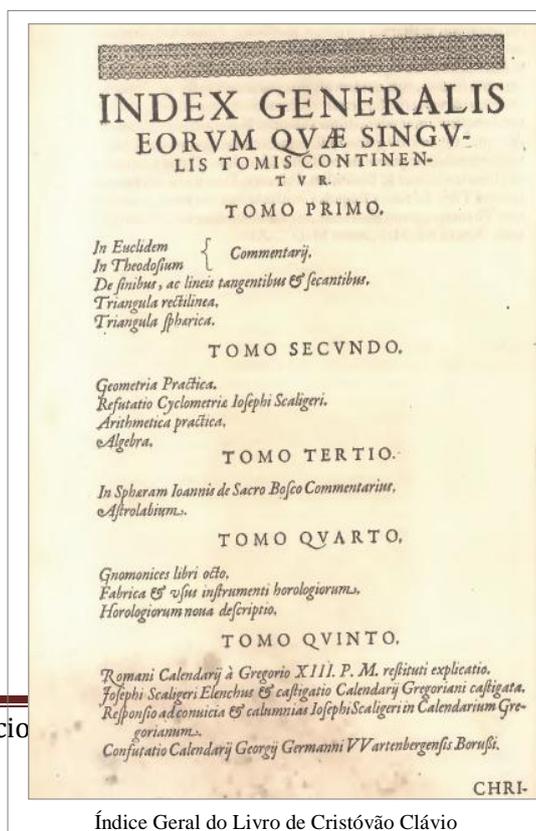
⁵Tradução do autor: Estudos dos Sistemas

emulação), regime de avaliação (exames escritos e orais), regras administrativas e disciplinares, prêmios castigos e teatro (FRANCA, 1952).

O plano de estudo dos jesuítas estava organizado em três currículos. O primeiro currículo era o Teológico, cursado em quatro anos e constituído por: Teologia escolástica, em quatro anos, ministrada por dois professores com quatro horas por semana cada; Teologia moral, em dois anos, ministrada por dois professores com aulas diárias ou um professor com duas horas por dia; Sagrada Escritura, em dois anos, ministrada diariamente e Hebreu, em um ano, com duas horas por semana. Ocorreu uma reforma em 1832 que acrescentou duas disciplinas, que eram estudadas ocasionalmente no século XVI, o Direito Canônico e a História Eclesiástica.

O segundo currículo era o Filosófico, cursado em três anos. No primeiro ano ministravam-se as disciplinas de Lógica e Introdução às Ciências, por um professor em duas horas por dia; no segundo ano, constituía-se pelas disciplinas de Cosmologia, Psicologia e Física, em duas horas por dia e a *Matemática*, com uma hora por dia. No terceiro ano era formado pelas disciplinas de Psicologia, Metafísica e Filosofia Moral ministrada por dois professores, em duas horas por dia.

O terceiro currículo era o Humanista, concluído em seis ou sete anos. E esse currículo, corresponde ao moderno curso secundário, era constituída de cinco classes. A primeira era a classe de Retórica, a segunda era a classe de Humanidades, a terceira era a classe de Gramática Superior, a quarta classe era de Gramática Média e a quinta classe era de Gramática Inferior. Como os jesuítas se apropriaram do *modus parisiensis*, que apresentava maior coerência, rigor e eficácia valorizando a ordem, a rapidez e a



disciplina da aprendizagem, entendemos que a Matemática encontrou nesse modo de ensino, um campo bastante fértil para se formar um discípulo com elevado nível intelectual com essas características do *modus parisiensis*, ou seja, coerente, rigoroso, eficaz e valorizando a disciplina.

Nesse sentido, há registro na Biblioteca Nacional de Portugal uma coleção de cinco volumes de um sábio e matemático jesuíta alemão chamado Cristóvão Clávio. No primeiro volume dedica-se a um comentário sobre Euclides e Teodósio, medidas lineares da tangente e secante, triângulo retilíneo e triângulo esférico. No segundo volume, Clávio discorre sobre a geometria prática, refutação da ciclometria de Joseph Scaligere, aritmética prática e álgebra. No terceiro volume, tem por assunto um comentário sobre a esfera de Jones Sacro Bosco e o astrolábio. No quarto volume, versa sobre relógio de sol, fabricante de instrumentos utilizados em relógios e uma nova descrição do relógio. E no último volume, tratadas correções e explicações sobre o calendário Gregoriano e uma resposta das acusações de abuso de Joseph Scaliger no calendário gregoriano.

Clávio nasceu na cidade de Bamberg, no estado da Baviera, Alemanha. Estudou no colégio dos jesuítas em Coimbra no período de 1556 a 1560, onde ficou entusiasmado com a obra do matemático português Pedro Nunes. Foi um dos que mais suas obras difundiu pela Europa, a ponto de citá-lo em suas obras como “*summo ingenio*”, “*geometriae scientissimus*”, “*nullo hac nostra aetate in Mathematicis inferior*”⁶. (VENTURA, 1985).

4. A chegada dos jesuítas no Brasil

No Brasil, a missão jesuítica inicia em 1549. Em 1599, acontece a discussão e a aprovação final da “*Ratio Studiorum*”, Quando desembarcaram no Brasil, os jesuítas já traziam um esboço desse Plano de Estudo que orientava todas as ações de seus filiados na ordem. Os jesuítas mantiveram-se por 210 anos uma hegemonia educacional que pode ser melhor estudada em três etapas, em conformidade com estudos realizado por Marisa Bittar (2007).

Conforme Bittar (2007) o período entre 1549 a 1556, que corresponde a primeira etapa, a prática pedagógica dos jesuítas manifesta-se pela ação da catequese dos índios, crianças e mamelucos na Bahia e São Vicente, tendo como destaque nessa ação, o padre Antônio Rodrigues (o Rijo); o mestre de “bê-á-bá”, Juan de Azpilcueta Navarro, o

⁶ Tradução nossa: nenhum grande gênio de nosso tempo, a geometria matemática inferior aprendeu

primeiro a esboçar a estrutura linguística do Tupi e José de Anchieta, o primeiro a elaborar uma gramática na língua Tupi. A segunda etapa, que compreende o período de 1556 a 1570, há indícios de que circulava por todas as províncias uma das partes da *Ratio Studiorum*, aquela que tratava de doutrinas educativas. Essa etapa ficou caracterizada pelas discordâncias entre Manuel da Nóbrega e Luiz da Grã, quanto às propriedades da terra, uso de escravos e da criação de gado, pois Nóbrega defendia que as escolas de “bê-á-bá” deveria também ter as mesmas propriedades que os colégios, enquanto Luiz da Grã defendia que deveria ser aplicado à nova orientação da *Ratio Studiorum*. Essa disputa fez com que agilizassem a criação dos colégios. A última etapa acontece entre 1570 a 1599, período em que as casas de “bê-á-bá” cedem lugar aos colégios, na medida em que os índios da costa brasileira eram eliminados devido à ocupação das terras brasileiras, que tinha como base a monocultura, o latifúndio e o trabalho escravo. Nesse período, o projeto educacional dos jesuítas se confunde com o processo de colonização portuguesa, em que os jesuítas estavam a serviço do Estado Português.

5. As incursões jesuíticas na Amazônia

Havia por parte do Padre Vieira, segundo relato do padre jesuíta José de Moraes (1860), um grande desejo de iniciar a conquista espiritual no famoso Rio das Amazonas, como era conhecido na época, cujas informações obtidas pelos jesuítas é que havia em suas margens inumeráveis povoados indígenas, no qual não podiam demorar a evangelização em grande escala, na esperança de obter de seus soberanos honrosos cargos, para a ordem jesuítica. No entanto, havia um impedimento natural, que era o desconhecimento dessas terras, de modo que foram necessárias algumas expedições exploratórias para que os jesuítas tivessem segurança em suas investidas. Um dos exploradores do Rio das Amazonas foi matemático jesuíta Padre Samuel Fritz juntamente com astrônomo também jesuíta, Padre Ignácio Samartoni que tinham a missão calcular o comprimento do rio Amazonas e as dominações portuguesas com instrumentos muito limitados para empreitada, segundo o padre José de Moraes, os dois partiram de Quito até a Província do Pará na cidade de Belém.

Devido às dificuldades de locomoção na região e pelos relatos contidos no livro, “Historia da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará”, escrito pelo Padre jesuíta José de Moraes, em 1860, os jesuítas tiveram que elaborar um plano de dominação dessas terras da mesma forma que os bandeirantes fizeram no sertão

brasileiro na procura de riqueza. Foram avançando paulatinamente com a ajuda de indígenas já “domesticados” ou “convertidos”.

De acordo com o portal oficial do Governo do Estado do Amazonas, as calhas de rios que os jesuítas atuaram foram o rio Amazonas/Solimões devido à fama obtida durante a exploração de outros conquistadores na região; o rio Negro, devido às informações de outras ordens que atuavam nessa calha, como os Franciscanos, os Carmelitas e da Ordem dos Mercês, que falavam do rio Negro como “rio do ouro” e o rio Madeira, pelas informações sobre a ligação das bacias hidrográficas da Amazônia com a do Prata por meio de um afluente do rio Madeira.

Nesse sentido, construímos uma tabela com as informações obtidas no portal oficial do Governo do Estado do Amazonas, que mostra a atuação dos jesuítas, para que possamos garimpar informações onde a pesquisa afunilaria em um período e uma quantidade de município menor.

Município	Calha de rio	Comando
Alvarães	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Amaturá	Rio Solimões	Frei João Sampaio
Tabatinga	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Coari	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Fonte Boa	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Jutaí	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
São Paulo de Olivença	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Tefé	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Uarini	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Borba	Rio Madeira	Frei João Sampaio
Humaitá	Rio Madeira	Sem informação
São Gabriel da Cachoeira	Rio Negro	Sem informação
Manaus	Rio Negro	Sem informação
Novo Airão	Rio Negro	Sem informação

Fonte: Portal oficial do Governo do Estado do Amazonas

6. Elementos para uma possível conclusão

Relatos de exploradores como Pedro Teixeira (MORAES, 1860) e do padre Simão de Vasconcellos (1865) fornecem fortes indícios da atuação dos jesuítas nas calhas dos rios Amazonas, Solimões, Madeira e Negro, de acordo com a importância desses rios no que tange à questão da estratégia de ocupação e à dominação portuguesa. Nesses rios havia o metal que Portugal mais buscava no Brasil: o ouro, além da lenda do grande Eldorado que existia nesta região.

Assim sendo, estamos supondo que as incursões feitas pelos jesuítas nas calhas de rios do Amazonas, traziam consigo, além da catequização, as casas de bê-a-bá e, conseqüentemente, os colégios regidos pelas *Ratio Studiorum*. Porém, a busca pelas drogas da Amazônia, pelo ouro, pelas pedras preciosas e a disputa pelo modo de evangelização com as outras ordens existentes na região, são elementos para afirmarmos a existência de rastros da educação jesuítica no Amazonas. Nesse sentido podemos procurar nos documentos produzidos pelos jesuítas, alguns elementos no ensino da Matemática que vieram na sua bagagem de evangelização dos gentios Amazonenses.

7. Referência Bibliografia

ASSUNÇÃO, Paulo. *A terra dos Brasis: a natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2001.

ASSUNÇÃO, Paulo. Revista *Em Aberto*. Colégios jesuíticos e o servir a Deus: a experiência e o tempo ensinam tudo, v. 21, n. 78, Brasília: INEP p. 59-76, dez. 2007.

BITTAR, Marisa e FERREIRA Jr, Amarílio. Casas de bê-a-bá e colégios jesuíticos no Brasil do século XVI. *Revista Em Aberto*, v. 21, n. 78, Brasília: INEP, p. 33-57. 2007.

BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício de Historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

BURKE, P. *A Escrita da historia: novas perspectivas*. São Paulo, SP: Editora da UNESP. 1992

CERTEAU, Michel De. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Os jesuítas e o ensino na Amazônia colonial. *Revista Em Aberto*, Brasília: INEP v. 21, n. 78, p. 77-91. 2007.

DUBY, Georges. *As três ordens: ou o imaginário do Feudalismo*. 2 ed. Lisboa. Editorial Estampa, 1994.

FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Amadora/Pt: Gráfica Maiadouro, 1992.

FRANCA, Pe. Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: O “Ratio Studiorum”* Introdução e tradução. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1952.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MORAES, Padre José. *Historia da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*. Typographia do Commercio de Brito & Braga. Rio de Janeiro, 1860.

MUNICIPIOS DO AMAZONAS. Acesso: http://www.segov.am.gov.br/programas_03.php?cod=0149 10 de setembro de 2012.

NOVACK, George. *A lei de desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. São Paulo: Rabisco Criação e Propaganda Ltda. 1988.

PEDRO, Livia Carvalho. *História da Companhia de Jesus: biografia de uma obra*. Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História – PPGH Dissertação. 2008.

TEIXEIRA, Antônio José. *História dos Jesuítas*. Coimbra: Imprensa Universitária. 1899.

VALENTE, Wagner Rodrigues. A geometria na escola de primeiras letras: elementos para a história da educação matemática nos anos iniciais escolares. In: 34a. Reunião Anual da ANPEd, 2011, Natal, RN. Educação e Justiça Social - 34a. Reunião Anual. Natal, RN: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2011. v. 1. p. 1-15.

VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*. Lisboa. Casa do Editor A.J. Fernandes Lopes, 1865.

VENTURA, Manuel Sousa. *Vida e obra de Pedro Nunes*. Lisboa. 1 ed. Livraria Bertrand, 1985.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito capitalista*. São Paulo: Martin Claret, 2009.